

*Superior Tribunal de Justiça*

**DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 1783 - Brasília, Disponibilização: Segunda-feira, 27 de Julho de 2015 Publicação: Terça-feira, 28 de Julho de 2015

**RESOLUÇÃO STJ/GP N. 8 DE 24 DE JULHO DE 2015.**

Dispõe sobre a atualização cadastral dos ministros e servidores aposentados e dos pensionistas do Superior Tribunal de Justiça.

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,** usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno, considerando os arts. 9º e 10 da Lei n. 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e o que consta do Processo STJ n. 9982/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º A atualização cadastral dos ministros e servidores aposentados e dos pensionistas do Superior Tribunal de Justiça fica disciplinada por esta resolução.

Parágrafo único. A atualização cadastral de que trata o *caput* será realizada anualmente, no mês de maio, mediante a entrega dos formulários de recadastramento constantes dos Anexos desta resolução devidamente preenchidos e assinados.

Art. 2º O formulário de recadastramento será entregue pessoalmente pelo beneficiário ou por via postal:

I – na Assessoria de Atendimento aos Ministros, se ministros aposentados e pensionistas de ministros;

II – na Secretaria de Gestão de Pessoas, se servidores aposentados e pensionistas de servidores.

§ 1º As informações para o recadastramento deverão ser prestadas com clareza e fidelidade, sob as penas da lei.

§ 2º O formulário será entregue acompanhado dos comprovantes de rendimentos de outras fontes, caso o beneficiário declare receber remuneração oriunda de órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta.

§ 3º Na hipótese de entrega por via postal, será obrigatória a assinatura com firma reconhecida em cartório do beneficiário ou do representante legal, conforme art. 6º.

Art. 3º O beneficiário ausente do país deverá realizar a atualização cadastral:

I – por meio de procurador nomeado por instrumento particular de procuração com poderes específicos;

II – mediante declaração de comparecimento emitida por órgão de representação diplomática ou consular do Brasil no exterior.

Art. 4º Nos casos de moléstia grave, impossibilidade total de locomoção e de internação em unidade hospitalar, a comprovação de vida será atestada por visita

Parágrafo único. A visita técnica será realizada somente na situação de beneficiários residentes e domiciliados no Distrito Federal.

Art. 5º A atualização cadastral é condição necessária à continuidade do recebimento do provento ou pensão.

§ 1º O beneficiário que não se recadastrar no período definido no parágrafo único do art. 1º será notificado para atualizar seu cadastro no prazo máximo de 30 dias, sob pena de suspensão do provento ou pensão pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

§ 2º Na hipótese de suspensão, o restabelecimento do pagamento fica condicionado à realização da atualização cadastral na forma prevista nesta resolução, sem qualquer acréscimo de atualização ou de juros de mora.

Art. 6º Para os efeitos desta resolução são considerados representantes legais:

I – qualquer dos pais ou detentor do poder familiar, no caso dos menores de dezoito anos não emancipados;

II – o tutor ou curador;

III – o procurador munido de procuração com poderes específicos, por um instrumento público ou por instrumento particular com firma do beneficiário reconhecida em cartório.

Parágrafo único. A procuração de que trata o inciso III terá validade máxima de doze meses, vedados o seu substabelecimento e sua prorrogação para mais de um período de cadastramento.

Art. 7º A Secretaria de Gestão de Pessoas e a Assessoria de Atendimento aos Ministros deverão elaborar relatório a cada cadastramento.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor-geral da Secretaria do Tribunal.

Art. 9º O diretor-geral promoverá a atualização dos Anexos desta resolução.

Art. 10. Fica revogada a [Resolução n. 5, de 6 de dezembro de 2006](#).

Art. 11. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro FRANCISCO FALCÃO

(Art. 1º, parágrafo único, da Resolução STJ/GP n. 8 de 24 de julho de 2015)

**RECADASTRAMENTO DO MINISTRO APOSENTADO  
DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE RENDIMENTOS  
TETO REMUNERATÓRIO CONSTITUCIONAL**

**1. IDENTIFICAÇÃO:**

NOME:

MATRÍCULA:

CPF:

EMAIL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

**2. DECLARAÇÃO:**

Declaro, nos termos do art. 37, XI, da Constituição Federal de 1988 e das Resoluções CNJ n. 13 e 14, ambas de 21/3/2006, que, além dos rendimentos recebidos do Superior Tribunal de Justiça,

☐

**NÃO RECEBO** rendimentos provenientes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

☐

**RECEBO** os seguintes rendimentos provenientes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios:

Órgão/entidade	Data de início	Código do Rendimento

Códigos de Rendimentos			
1	Cargo ou emprego público efetivo	4	Pensão estatutária civil ou militar
2	Cargo em comissão ou função de confiança	5	Subsídio
3	Proventos de aposentadoria ou reforma	6	Outro:

Apresento, anexa a esta declaração, cópia do contracheque atualizado das fontes remuneratórias citadas. Estou ciente da obrigatoriedade de fornecimento de novo contracheque sempre que sobrevier alteração das importâncias recebidas ou pagamento de valores atrasados ou referentes a exercícios anteriores.

Declaro serem verdadeiras as informações prestadas no presente documento.

Local e data

Assinatura

(Art. 1º, parágrafo único, da Resolução STJ/GP n. 8 de 24 de julho de 2015)

RECADASTRAMENTO DE SERVIDOR APOSENTADO  
DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE RENDIMENTOS  
TETO REMUNERATÓRIO CONSTITUCIONAL

1. IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

MATRÍCULA:

CPF:

EMAIL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

2. DECLARAÇÃO:

Declaro, nos termos do art. 37, XI, da Constituição Federal de 1988 e das Resoluções CNJ n. 13 e 14, ambas de 21/3/2006, que, além dos rendimentos recebidos do Superior Tribunal de Justiça,

☐

**NÃO RECEBO** rendimentos provenientes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

☐

**RECEBO** os seguintes rendimentos provenientes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios:

Órgão/entidade	Data de início	Código do Rendimento

Códigos de Rendimentos			
1	Cargo ou emprego público efetivo	4	Pensão estatutária civil ou militar
2	Cargo em comissão ou função de confiança	5	Subsídio
3	Proventos de aposentadoria ou reforma	6	Outro:

Apresento, anexa a esta declaração, cópia do contracheque atualizado das fontes remuneratórias citadas. Estou ciente da obrigatoriedade de fornecimento de novo contracheque sempre que sobrevier alteração das importâncias recebidas ou pagamento de valores atrasados ou referentes a exercícios anteriores.

Declaro, sob as penas da lei (CPB, art. 299), serem verdadeiras as informações prestadas no presente documento.

Local e data

Assinatura

(Art. 1º, parágrafo único, da Resolução STJ/GP n. 8 de 24 de julho de 2015)

**RECADASTRAMENTO DE PENSIONISTA ESTATUTÁRIO**

(Pensões amparadas pelo art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/1958)

**DECLARAÇÃO DE VIDA E RESIDÊNCIA**

**1. IDENTIFICAÇÃO:**

NOME:

MATRÍCULA:

INSTITUIDOR:

CPF:

DATA DE NASCIMENTO:

PARENTESCO:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

ESTADO CIVIL:

[ ] Solteira [ ] Separada Judicialmente [ ] Divorciada [ ] Casada [ ] União Estável

**2. DECLARAÇÃO:**

2.1 Declaro que a conta na qual percebo a pensão não é conjunta (art. 10 da Lei nº 9.527/1997) e que estou ciente da proibição de acumular mais de duas pensões, conforme disposto no art. 225 da Lei nº 8.112/1990; e que

☐

**NÃO EXERÇO** cargo público permanente em outro órgão dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, conforme estabelecido no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/1958.

☐

**EXERÇO** cargo público permanente no seguinte órgão/entidade público(a):

Órgão/entidade	Data de início

2.2 Declaro, sob as penas da lei (CPB, art. 299), serem verdadeiras as informações prestadas no presente documento.

Local e data

Assinatura

REVOGADO

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1783 - Brasília, Disponibilização: Segunda-feira, 27 de Julho de 2015 Publicação: Terça-feira, 28 de Julho de 2015  
Anexo IV

(Art. 1º, parágrafo único, da Resolução STJ/GP n. 8 de 24 de julho de 2015)

### RECADASTRAMENTO DE PENSIONISTA ESTATUTÁRIO

#### DECLARAÇÃO DE VIDA E RESIDÊNCIA

##### 1. IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

MATRÍCULA:

INSTITUIDOR:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

DATA DE NASCIMENTO:

PARENTESCO:

ESTADO CIVIL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

##### 2. DECLARAÇÃO:

2.1 Declaro que a conta na qual percebo a pensão não é conjunta (art. 10 da Lei nº 9.527/1997) e que estou ciente da proibição de acumular mais de duas pensões, conforme estabelecido no art. 225 da Lei nº 8.112/1990.

2.2 Declaro, sob as penas da lei (CPB, art. 299), serem verdadeiras as informações prestadas no presente documento.

Local e data

Assinatura